

ENTREVISTADOR - ENTREVISTADO RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS NO DISCURSO*

Jonas de Araújo ROMUALDO
(Professor do Instituto de Estudos de
Linguagem da UNICAMP)

Num curso de pós-graduação/Unicamp, analisamos a prática discursiva de **"Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos"** de Ecléa Bosi, livro cujo tema versa sobre a natureza da memória dos velhos em sociedades como a nossa.

Nesse livro, uma das intenções é a de fazer brotar a fala dos velhos: a autora pretensamente se recua e funda um espaço onde aparecem os velhos, seu discurso. Entre as muitas das conclusões que E. Bosi consegue arrancar dos depoimentos dos anciãos, está a de que a memória é condicionada a diversos fatores complexos, dos quais um dos mais determinantes é a chamada estrutura da sociedade em que vivem os velhos, assim como o modo como os velhos se relacionam com as diversas práticas sociais. Dizendo melhor: os anciãos engajados em prática social como trabalho, lazer, política, etc., relatam fatos recentes da sua vida. Por outro lado, os anciãos representados como inúteis socialmente, relatam mais fatos dos tempos em que eles se sentiam úteis socialmente. Estes recuam no tempo, vivem no passado. Ora, pelo que nossa equipe de trabalho verificou, o peso dado à noção "trabalho" nas tentativas de uma

(*) Conferência apresentada no Encontro Internacional de Filosofia da Linguagem, na UNICAMP, Campinas, 10 a 15 de agosto de 1981.

aproximação do que seja a natureza da memória de velhos, poderia bem estar condicionada pelos discursos produzidos pelos anciãos, este, por sua vez, condicionados pela escolha das perguntas formuladas por Ecléa Bosi, entrevistadora.

Explico melhor o que queríamos dizer com isso: a pretensão de deixar aflorar a fala dos velhos no livro é visível pela posição das entrevistas coletadas dentro do livro, e mais; pelo fato de que o livro se constitui basicamente dos relatos dos velhos (pág. 51 a 327). Aparentemente, a intervenção da autora se reduz às págs. 1 a 50 (introdução) e às págs. 329 a 399 (conclusão). Isso só aparentemente. Nestes as perguntas, as falas da entrevistadora não aparecem, curiosamente. Ainda assim a presença da entrevistadora está embutida nas fala dos anciãos, no discurso do velho. Pelo menos, a presença da entrevistadora se revela pelo avesso: o que não aparece na fala dos velhos, aquilo que se silencia. Como, por exemplo, explicar a ausência da sexualidade no discurso desses anciãos? O tema da sexualidade será menos importante que o tema trabalho? Que perguntas a entrevistadora fez aos anciãos. Que disse ela aos anciãos?

Entrevistas com pessoas de uma comunidade indígena

Como o presente texto foi se constituindo através de várias práticas dialógicas, tenho que citar de onde nasceu esse trabalho. Num outro curso de pós-graduação em Lingüística-Unicamp, a proposta era a de simplesmente tentar examinar, do ponto de vista da lingüística, um diálogo concreto. Aqui fundo um fio da meada. O que tinha ficado em suspenso, que era como se relaciona entrevistador-entrevistado, é retomado nesse ponto. Passo agora a falar de entrevistas gravadas no Acre. Trata-se de entrevistas feitas com pessoas da comunidade indígena Apurinã, numa reunião de 10 de fevereiro de 1980.

Esses indivíduos são levados pelo entrevistador (ER), a falar em forma de bate-papo.

Nos relatos dos Apurinãs, nem sempre só o entrevistador intervém. Há intervenção dos vários indivíduos que estão na reunião. Às vezes ocorrem falas simultâneas. Apesar da intervenção mínima do Entrevistador, minha hipótese é a de que sua presença (aliás, sua existência) pode explicar as diversas direções que tomam o discurso dos sujeitos.

Os entrevistadores falam português, mas provavelmente são bilíngües. O português dessas entrevistas apresenta evidências claras da chamada interferência lingüística. Eles dominam, no entanto, o português. Tal como no caso de Ecléa Bosi, a pretensão do entrevistador é a de fazer brotar a fala indígena, é não deixar que uma outra fala se sobreponha à indígena.

A primeira entrevistada começa, relatando uma pejeja sobre posse de terra. Começa a entrevistada a constituir uma oposição entre apurinãs e brancos. Já nos primeiros enunciados podemos notar um fenômeno curioso, o reconhecimento de uma identidade que é verbalizada por um 'nós' (que pode ser entendido como apurinãs em oposição aos brancos):

“– O seu Antonio foi invadir noss’terra e a, por causa do o o o caboco vai lá vender terra e o homem, queria, seu Antônio queria tomar nossa terra.”

Em seguida, aparece outro enunciado que contrasta com as formas de 1ª pessoa coletiva **nós**, **nossa**:

“– Caboco nós não pode morar na cidade, né?”

Aqui aparece o nome **caboco**, forma que é ambigüamente o modo só indígenas se constituem e, ao mesmo tempo, também como ele é constituído por outro. Na verdade, **caboco**, diferente de **nós**, pode estar apontando para a fala do entrevistador ou da comunidade não-indígena circundante. Uma primeira aproximação do que seja **caboco** é verbalizada do seguinte modo:

Primeira entrevista:

“– Como eu disse pra ele: seu Antonio, nós não pode morar na cidade. Na cidade, não vamos plantar macaxeira, banana prá nós comer. Aonde que nós tira pra dar de comer nossos filhos, né aqui?”

Aqui, **caboco** é definido pela sua inaptidão de viver em cidades, pela sua ligação forte com a terra, da qual ele necessita para sobreviver.

A constituição do que seja **caboco** é, às vezes, verbalizada de forma paradoxal. Tome-se, como exemplo, esse fragmento:

Primeira entrevistada: *“– O senhor sabe, nós caboco não gosta de comer temperado no óleo, né? Nosso óleo é nossa castanha, não é não. Não é.”*

Segunda entrevistada: *“– Se não tiver castanha é só água só.”*

ENTREVISTADOR – ENTREVISTADO: RELAÇÕES...

Primeira entrevistada: “— *Nós não gosta de comida fritada, peixe frito, carne frita. Não, nossa banha é assim.*”

Segunda entrevistada: “— *E nem esse óleo pra nós aí. Ninguém dá, ninguém.*”

Primeira entrevistada: “— *Onde arranjar dinheiro prá comprar isso, tempero de comida.*”

Aqui, a suposta diferença entre nós (cabocos), eles (brancos), comer com óleo de castanha, comer com outros temperos, é desmentida. Um outro motivo aparece como justificador de caboco não comer outros temperos: a falta simplesmente de dinheiro para comprar os temperos.

De qualquer modo, no discurso da primeira entrevistada, a tentativa de constituição do que seja **caboco** está a serviço da demonstração de que a terra para nós-caboco é necessária. E onde está, então, a presença do entrevistador nisso tudo?

Tome-se a seguinte seqüência:

Primeira entrevistada: “— *Ô ô o seu Antonio foi invadir noss' terra e a, por causa do o o o caboco lá vendeu terra e o homem queria, seu Antonio queria tomar nossa terra. E a terra que nós saísse ia invadir nossa terra. E prá onde que nós vamos, né? Ela queria que nós morasse na rua, na cidade. Caboco nós não pode morar na cidade, né? Como eu disse pra ele: seu Antonio, nós não morar na cidade. Na cidade não vamos plantar macaxeira, banana prá nós comer. Aonde que nós tira pra dar de comer nossos filhos, né aqui? E teimano, teimano, né?*”

Entrevistador: “— *Mas quem é esse seu Antonio?*”

Primeira entrevistada: “— *Seu Antonio, de que nós tamo falano, de que...*”

Entrevistador: “— *Explica aí, não sei. O seu Antonio que é da FUNAI. Então fala.*”

É óbvio que o entrevistador (ER) gostaria que o discurso da primeira entrevistada fosse do seu ponto de vista, eficaz. Na verdade, o que o entrevistador está tentando obter da primeira entrevistada é que ela concretize uma denúncia. A entrevistada, do ponto de vista do entrevistador, não consegue ser eficaz no seu **ato de denunciar**, porque não explicita claramente o que representa seu Antonio. Não explicita a relação do seu Antonio com um dos Aparelhos do Estado, a FUNAI. O entrevistador não quer se responsabilizar diretamente pelo ato de

denunciar que, por questão de força argumentativa, deve ser feito por quem cumpre ser feito, a primeira entrevistada, uma senhora da comunidade indígena.

A fala da entrevistada depois da primeira pergunta do entrevistador funda uma perplexidade. A minha hipótese é de que ela já tinha conversado com o entrevistador sobre seu Antonio, ou, no mínimo, o ER sabia que ele deveria ter alguma relação com a possível expulsão da entrevistada das terra em questão. Isso explica as vacilações na fala da entrevistada:

“– Seu Antonio, de que nós tamo falando, de que...”

O ER verbaliza sua não responsabilidade com a denúncia, atribuindo a consciência dos fatos que cabe a entrevistada contar, dizendo: “– Explica aí, não sei...”

E se trai o ER, logo em seguida, explicitando que já sabia de quem a entrevistada estava falando. Faz aparecer o tema que é interessante para ele, entrevistador.

“– O Antonio que é da Funai. Então fala.”

Dado o tema, claramente o ER faz deflagrar um tipo de discurso diferente do fragmento anterior. Vem em seguida:

Primeira entrevistada: “– *Aí nós fomos, caçando o nosso direito. Naquele tempo nós discutimo, né? Pois é.*”

Entrevistador: “– *Ahn!*”

Primeira entrevistada: “– *Aí, aí teimou mais não. Aí chegou disse que mandou chamar a força dele. Federal.*”

Aparece a construção “caçando o nosso direito que, no que pese a presença de “caçando”, remete-nos diretamente ao ato de **denúncia política**, desejado pelo ER.

Aparece também a palavra “Federal” que, do ponto de vista do ER, muito provavelmente é bastante eficaz, de acordo com a imagem que o ER tem de denúncia política. A presença concreta do discurso do ER fica bem visível no momento em que a entrevistada remete ER para “naquele tempo nós discutimo, né?”. Há aqui a aproximação visível da fala presente da entrevistada com uma outra fala de ER, fala ocorrida em um momento anterior, é claro, ao discurso em questão. Atesta também o fato de que a entrevistada entendeu as intenções de ER.

A memória dos discursos de ER é, talvez, responsável pela seqüência:

ENTREVISTADOR – ENTREVISTADO: RELAÇÕES...

Primeira entrevistada: “– *Aí, aí, aí teimou mais não. Aí chegou disse que mandou chamar a força dele. Federal. Prá jogar nós. Fora. Disse como nem, como nem cachorro, né? Aí chegou essa minha irmã vem aqui naquele tempo de reunião. Minha irmã vem. Aí eu disse: minha irmã, você não saia de casa hoje. Hoje vai chegar. Hoje nós vamo sair, minha irmã. Aí nós fiquemo.*”

A interpretação desse fragmento é possível se levarmos em conta o papel que tem ER. Fragmentos dessa seqüência relacionam-se a uma situação anterior à produção desse discurso e essa situação é a de interlocuções anteriores em que ER tinha um papel de dominância.

O “teimou mais não” relaciona-se muito provavelmente a um argumento não explicitado, fabricado pelo ER, “naquele tempo de reunião”, como bem fala a entrevistada. Esse argumento teria aproximadamente a forma de “se vocês caboco não fizerem denúncia, não lutarem pelos seus direitos, perderão a terra.” A reprodução, pela entrevistada, da ameaça do oponente:

“– *Aí chegou disse que mandou chamar a força dele. Federal.*”, é antecedida pelo relator *aí*, que estabelece uma relação de causa-conseqüência: o ter a entrevistada feito a denúncia política implicou no oponente a ser obrigado a recorrer a uma ameaça a explicitar quais eram os seus aliados.

Argumento para persuasão

Em resumo, um conjunto de implícitos partilhados entre o entrevistador e o entrevistado existe. Esse conjunto de implícitos partilhados inclui, entre outros fatos, a existência de relações de interlocução assimétrica em que o ER tinha o papel dominante. Os atos de linguagem praticados por ER era, provavelmente, próximos de advertir, esclarecer, aliás, persuadir a entrevistada. O argumento mais forte utilizado na persuasão, muito provavelmente era o da ameaça dos cabocos perderem suas terras.

As outras intervenções de ER, nos relatos examinados, se orientam no sentido de fazer com que a entrevistada explicita a relação entre as agressões sofridas pelos cabocos e a responsabilidade da FUNAI, Polícia Federal, Governo Federal.

Um outro fato que mostra a importância que tem o interlocutor (entrevistador ou outros) na constituição dos discursos dos entrevistados, é a existência de um argumento que aparece repetido nas

quatro entrevistas: esse argumento é o de que há marcas de ancestral apurinã nas terras cobiçadas, argumento que reforçaria que os verdadeiros donos da terra são os apurinãs. No final da entrevista da primeira aparece:

“– Nós temos testemunha, não é, Dr. X, seu Y, cemitério do meu avô e tudo. Cemitério, tudo. Tudo tem cemitério, não é. Tem cruz lá. Tem tem cacuné de barro, mamonha de fazer beiju e protiné, tudo, cacurré tá lá, perante a casazinha lá, protiné, tudo. Testemunh.”

E da segunda entrevistada, só para dar mais um exemplo:

“– Isso aqui é nosso: herança de nossa mãe, nossos avós, deixou prá nós.”

Esses fatos são reveladores da existência de um formato discursivo-modelo, matriz de todos os discursos realizados pelos quatro entrevistados. Isso é mais um sinal da presença do ER, enquanto fornecedor de um modelo (no caso, denúncia política) que, por sua vez, foram re-elaborados pelos quatro sujeitos dos quais estamos nos ocupando aqui.

A evidência maior da existência de um modelo de denúncia política está na última entrevista. O quarto entrevistado utiliza, no seu discurso, uma entonação que é típica de modelos elaborados em público. Aqui, o argumento de que as terras em que vive o entrevistado trazem a marca dos seus ancestrais, é repetido várias vezes, inclusive uma mesma frase se repete várias vezes, isso numa entonação que é um arremedo da utilizada em discursos políticos em público. O contraste entre entonação e ritmo que imitam a entonação e o ritmo usadas comumente em discurso político, e o léxico, sintaxe não muito comuns a discursos que se pretendem políticos, acaba por resultar num discurso original, em que mais do que o que se fala, importa mais o tom com que se fala.

De qualquer forma, é possível que esses fenômenos encontrem uma explicação através da chamada estratégia de preenchimento (tal como propõe Cláudia de Lemos, em seu estudo sobre redações de vestibulares, ou Maria Cecília Perroni em seu estudo sobre aquisição da narrativa). De acordo com C. de Lemos, a estratégia básica utilizada pelos alunos ao se defrontarem com a tarefa de redigir, é o de tomarem um formato anterior como modelo, e tentarem preencher discursivamente esse formato. Assim, supondo que, por exemplo, um formato típico de uma redação tem uma fisionomia que inclui três supostas partes (introdução, desenvolvimento e conclusão), os alunos repetiriam automaticamente nas suas redações, seqüências que no modelo anterior funcionam como uma introdução, um

desenvolvimento e uma conclusão. A suposta 'conclusão', por exemplo, teria, por força, de ter um "portanto", mesmo que o que se pretendesse concluir, não tivesse relação semântica nenhuma com as seqüências anteriores. No caso de narrativas infantis, a criança incorporaria modelos narrativos, arcabouços e até frases inteiras de adultos.

Ausência de um sujeito de discurso

A. A. Pécora, no seu trabalho sobre redação de vestibulares, relacionou a utilização da estratégia de preenchimento no que ele chama de ausência de um sujeito de discurso. Por ausência de um sujeito do discurso, pode-se entender a não constituição de uma situação de interlocução. Numa situação como essa, não há uma projeção (constituição) de um eu que discursa; tampouco existe um ouvinte constituído lingüísticamente, segundo esse ponto de vista. Tudo se passa como se a pessoa meramente repetisse de forma mecânica seqüências lingüísticas, tomadas de modelos anteriores, sem estabelecer articulações entre elas.

Este articulador mecânico não estaria instalado dentro do enunciado e, portanto, não teria seu discurso pertinência, tampouco teria este instaurado um ouvinte, ou mesmo um sentido. Uma outra hipótese em relação à utilização da chamada estratégia de preenchimento é possível e é a hipótese que prefiro. Menos como evidência da chamada ausência de um sujeito de discurso, a chamada estratégia de preenchimento poderia ser vista como um mecanismo de aquisição da linguagem, tal como propõe Cecília Perroni. A estratégia de preenchimento poderia ser vista como uma espécie de etapa inicial que possibilitaria indivíduos colocados em situações dialógicas assimétricas a incorporarem o outro, o que permitiria a esses indivíduos se constituírem como o eu do seu discurso. Eu quero ver a relação assimétrica entre entrevistador-entrevistado, nos casos estudados aqui, como uma etapa de constituição de um eu sujeito lingüístico dos entrevistador. A força da presença do entrevistador pode ser vista como uma etapa que permitirá o entrevistado incorporar o outro (Entrevistador, o Branco) mas, na medida em que este outro se incorpora, ele, o entrevistado, também se constitui como eu do discurso caboco.

APÊNDICE

19 Entrevistada: – *Ô ô o seu Antonio foi invadir noss'terra e a, por causa do o o o caboco vai lá vendeu terra e o homem queria, seu Antônio*

queria tomar nossa terra. E a terra que nós saísse ia invadir nossa terra. E pra onde que nós vamos, né? Ele queria que nós morasse na rua, na cidade. Caboco nós não pode morar na cidade, né? Como eu disse pra ele: seu Antônio, nós não morar na cidade. Na cidade não vamos prantar macaxeira, banana pra nós comer. Aonde que nós tira pra dá de comer nossos filhos né aqui? É teimano, teimano, né?

Entrevistador: – Mas, quem é esse seu Antônio?

1ª Entrevistada: – Seu Antônio, de que nós tamo falano, de que

ER: – Explica aí, não sei. O Antônio que é da FUNAI. Então fala.

1ª Entrevistada: – Aí nós fomos, caçando o nosso direito. Naquele tempo, nós discutimo, né? Pois é.

ER: – Ahn!

1ª Entrevistada: – Aí, aí, aí teimou mais não. Aí chegou, disse que mandou chamar a força dele. Federal. Pra jogar nós. Fora. Disse como nem, como nem cachorro, né. Aí chegou, essa minha irmã vem aqui naquele tempo de reunião, minha irmã vem. Aí eu disse: minha irmã, você não saia de casa hoje. Hoje vai chegar. Hoje nós vamos sair, minha irmã. Aí nós ficuemo. Quando chegou, minha irmã me chamou. Aí, quando eu cheguei, aí quando eu cheguei, aí quando eu cheguei, minha, minha sobrinha estava foi roçando, capinano. Limpano rocinha dele. Aí, cadê caboco, índio? Minha irmã disse: está trabalhando. Pode chamar ele. Quando ele chegou: que aonde você está fazendo nessa casa aí? Aí ele disse, não foi orde de ninguém. Nós não mora aqui. A terra não é nossa? “Não, vocês vão invadir terra do rapaze. Onde o rapaze comprou. Arrudiaro ele. Aí cheguei. Aí, me meti no meio. Eu disse, nós tem tem nossa orde. E mesmo, nós não nascemos né aqui. A terra não é nossa? Nós não nascemo aqui nos criemo né aqui? Papai, mamãe, nosso avô não é enterrado aqui. Nós nascemo, se criemo aqui. Nós tava morando papai tudo aqui papai, morando numa prá. Aí ele disse “Não, vocês vão entregar terra do rapaze. Aí eu disse: “entregar como, ele não comprou terra, nem (inaudível) pode vender terra, ele comprou terra não. Sí ele disse: “Não, se você não entregar terra pra ele, você vai me devolver o dinheiro do rapaze. “Devolver o dinheiro do rapaze como? Essa, essa não já acabou. Esse, esse dinheiro, pagou ele como é que nós. Ele vai devolver o dinheiro como? (inaudível) Terra, nem dinheiro nem terra nós não entrega. E quem é que vai pagar minha madeira que ele tirou? Ele não comprou. Ah! Nós, não, meu, noss’, do meu marido ele não comprou. Ele comprou este carboredo,

(inaudível) meu marido. Antão, se nós deve o dinheiro dele, eu quero que ele pegue minha madeira como (inaudível) e essa madeira que ele levou pra semana. Ele que vai pagar minha madeira. Nem nós que nascemo se se criemo, nós não temo o direito de vender nem nem um pau. Aí ele disse, "antão, vocês não querem entregar terra do rapaz. Nem o dinheiro, nem Terra.

ER – *Quem foi que perguntou? O pessoal da polícia federal?*

1ª Entrevistada: – *Sim. Aí eu contei tudinho pra ele. Antão, antão assim é de vocês, antão assim o Antônio não vem maisse. Aí, aí então eu contei, né? Quando chegou aqui perguntou, né? Corta gíria, né? E não achou, não é? Agora você escolhe, um de vocês aí, corta gíria. Aí, ele disse, esse rapazes aqui. Aí, aí, então, corta a gíria, aí da que (inaudível) Aí, espi*

ER: – *Quem era o rapaz*

1ª Entrevistada: – *Federal, sabe? Diz que outro rapaz corta gíria. Já tinha, diz que 10 anos que já tinha, morava no meio de índio. Mas ele não, não era, não gíria. Não, não é gíria de Apurinã não. Como é o nome dessa?*

Voz feminina – *Xaminéu.*

1ª Entrevistada: – *Xaminéu. Então não é apurinã. Aí então, corta gíria. Aí peguei, dancei mais ele, dancei, cantei mais ele, chipuari. Aí, "já chega D. X". Não, agora que vamo começar, vamo dançar. A (inaudível) dele, girava prá lá, girava prá cá, levava ele de lado, empurrei ele assim, caboco dança é assim. "Já chega, D. X". Não, vamo agora que vamo começar. Nós não dançamo ainda. Repente, acabou. Ele chegaro Fulano que era. Quando comecei a cortar gíria, se apagaro. Aí não falaram mais. Aí começaram acharam graça. "Então, D. X", vocês não querem mais entregar o dinheiro do rapaze". Nem o dinnheiro nem terra. Ele não comprou terra. Ele não comprou terra mesmo não "seu" Y. Ele só comprou carboredo comprou (inaudível) O português não pode vender terra que é o dono e mais ninguém, né? Aí, nunca mais que a Vederal deu o direito de nós ir lá, nunca mais ele veio lá.*

2ª Entrevistada: – *Nunca mais ele veio lá.*

Entrevistador: – *Então comadre 2ª entrevistada, como é que é? senta aqui vamo conversar. Conta pra ela sua história.*

2ª Entrevistada: – *Eu digo o mesmo também, D. X. Eu também digo é do mesmo. Eu moro lá em casa mais os meus filhos, meus netos, esses*

sobrinho. Tem sobrinho e neto lá e eu também, nós queria se interessasse cortasse noossa área que pertence a nós também. Nós também não quer, não quer puxar, não quer tumar nada, dos branco não. Nós só quer o que é nosso. Nosso aqui é que nós se criemo, como a senhora disse. Nós também tem sepultura do nosso pai, nosso mãe, minha filha, meu marido, tudo, esse tal, esse lugar que nós ocupa tudo é a onde meu parente, minha mãe morreu. E hoje, hoje em dia, branco diz que lá não tem, nós não tem direito da (inaudível), nós não pertence mais aqui. Mas, meu Deus, não quiere. No braço de meu marido, trabalhou, abriu (inaudível) abriu vara dão, ponte ou toda. E agora hoje em dia... Sabe, essa rodage, essa rodage trevessou. E ele diz assim: Esse lado é de vocês, esse lado é de vocês, esse lado é dos branco, vocês não tem direito, desse lado é. Meu Deus, quando essa rodage não passa, toda a área um só. Nossa.

1ª Entrevistada: – *É mesmo. É como lá em casa.*

2ª Entrevistada: – *Maloca nossa é um só. Tá aí oto. Aquele, meu filho aí, essa aí mãe dele era minha prima. Essa, é Sabedor disso. Adonde nós se criemo, nascemo, namo, casou-se, Ter vivido com nossos maridos tudo lá na... É aquela área que nós pertence, que nós tá fazendo força pra vê se nós... Agora faço que nem a senhora, agora. E eu morro, eu morro fica pra meus neto, fica pra meu filho. Se quiserem aproveitar e fica lá dentro, fica. Pra não ficarem a toa, que eu já, eu já tou dessa idade. Pouco tempo, eu... eu. Eu também, fica pra eles! Queria que ela fosse cortado, nosso caminho, pra ele dizer assim. Isso aqui é nosso: herança de nossa mãe, nossa vos, deixou pra nós, essa aí. Agora, do branco o que pertence ao deles é dele. É pra lá. Ele faz o que quer pra lá.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, E., **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**, São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- DE LEMOS, C. T. G., "Redações no Vestibular: algumas estratégias" in **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1977.
- PÉCORA, A. A. B., **Problemas de Redação na Universidade**, Tese de Mestrado, Unicamp, inédito, 1980.
- PERRONI, M. C., **O lingüístico e o não-lingüístico no desenvolvimento do discurso narrativo**, inédito, 1981.